

CONHECER, CONHECER O OUTRO, CONHECER COM O OUTRO

Carlos Rodrigues Brandão



***Este escrito foi originalmente
um capítulo de livro
ou um artigo publicado ou utilizado
para aulas e palestras.***

***Nesta versão "nas nuvens"
ele pode ser livre
e gratuitamente acessado
para ser lido ou utilizado
de alguma outra maneira.***

***Livros e outros escritos meus
podem de igual maneira
ser acessados livremente em
www.apartilhadavida.com.br***

ou em

www.sitiodarosadosventos.com.br

LIVRO LIVRE

conhecer-se, conhecer, conhecer o outro, conhecer com o outro

Um alguém está diante de mim. Ele fala, age, responde ao que pergunto. Ele me olha e se sente olhado. Um homem, uma mulher: um Outro. Falamos e buscamos nos entender. Ele me responde a um questionário e, então, repete um pequeno repertório de respostas a perguntas que terei vivido já outras vezes. Ou pode ser que conversemos de uma maneira mais livre e pessoal. Terei dado a isto o nome de “uma entrevista”, e ela poderá ser única ou repetida. E de acordo com o que combinamos entre nós, ou de acordo com o que propus a ele, este nosso encontro pode ser único ou o primeiro de alguns. Em uma outra situação ele age diante de mim. Sozinho ou acompanhado de outras pessoas ele fabrica alguma coisa. Ele participa de uma reunião à volta de uma mesa. Ele “dá uma aula” a seus alunos. Ou ele canta, dança ou ora por um longo momento a seu Deus.

Eu olho, observo e procuro anotar de algum modo o que vejo. Escrevo em um pequeno caderno. Gravo o que acontece e eu ouço. Tomo algumas fotos. Terei antes pedido a ele e aos outros, licenças para anotar, gravar e fotografar. Pode ser que chame isto tudo de *observação participante*. Mas se eu me envolver um pouco mais no que acontece à minha frente, pode ser que lembre, entre sério e brincalhão, que de vez em quando damos a isto o nome menos oficial de: *participação observante*. Coletamos dados. Pesquiso.

Por caminhos diversos podemos ter chegado ao nosso “contato”, ou nosso “encontro”. Ele pode ser apenas a pessoa de um número. Uma moradora de um bairro de periferia do Recife, onde realizo a minha investigação, e sorteada de um universo para compor a minha “amostra”. Ele pode ser um alguém pessoalmente apresentado por outras pessoas, e com quem eu estabeleço uma relação também um pouco mais pessoal e, quem sabe? Duradoura. Ele pode ser um alguém que sendo quase um número impessoal no começo de nossa relação, virá a ser um participante ativo da seqüência de um trabalho que sendo “meu” no começo, poderá tender a ser um pouco mais “nosso” daí em diante. Ele poderá ser integrante de uma unidade de prática social muito próxima às minhas e, então, entre nós poderá haver uma pré-familiaridade bastante grande. E ele poderá se até mesmo um dos responsáveis por algo de que eu também participo ativamente, antes mesmo de iniciar a pesquisa de que ele será, por algum momento: “um caso”, “um objeto”, “um sujeito”, “um interlocutor” ou mesmo um “participante”.

Ora, qualquer que seja a posição deste Outro para comigo e qualquer que seja a qualidade da interação que vivenciaremos no processo da pesquisa, poderei me sentir obrigado a informar a ele, com mais ou com menos detalhes, a proposta da pesquisa, em que ela o envolve e o que ela pode representar para ele.

Tornemos este começo de conversa um pouco mais motivado, mais pessoal. Suponhamos que você que me lê agora seja uma professora de Geografia em alguma escola de Ensino Médio.

E suponhamos que um dia bata à porta de sua casa ou de sua sala de trabalho uma pessoa, um pesquisador de um lugar distante e de uma língua distante. Mas suponhamos que falando em um Português bastante compreensível ele se apresente, com nome e outros dados e se anuncie como um professor universitário em Upsala, na Suécia. Suponhamos que ainda algo surpresa, mas gentil e acolhedora, você o mande entrar e tomar assento em alguma cadeira.

Suponhamos que sentado e à espera do café cujo aroma vindo da cozinha ele reconhece, o nosso professor-pesquisador anuncie que está no Brasil por seis meses realizando uma pesquisa empírica sobre *identidade e auto-estima de professores brasileiros*. De uma maneira educada e profissional ele oferecerá alguns poucos dados mais a respeito de si mesmo, da instituição em que trabalha e de seus propósitos. E ele terminará a sua pequena fala curricular dizendo que de um universo de milhares de professores, você foi escolhida como parte de uma amostra, devendo ser submetida, se aceitar, às perguntas de um longo questionário.

Suponhamos que com base neste breve começo de conversa você diga a ele sem pensar duas vezes: “Muito bem. Tudo bem., eu aceito participar. Você quer começar agora?” Ele provavelmente poderá se espantar, e pode até acontecer de ele considerar esta adesão tão sem condições como um pequeno sinal de baixa auto-estima. Esperemos que não.

Mas suponhamos que o mais provável seja você estender um pouco mais a conversa. Assim, antes de se deixar pesquisar você poderia se sentir no direito de fazer a sua própria pequena pré-pesquisa a respeito dele, de sua pesquisa e de seus propósitos. E é provável que a sua adesão dependa de como você irá interpretar as respostas dele. Você estabelecerá um diálogo onde ao mesmo tempo em que você oferecerá ele algumas outras imagens e dados a mais sobre você mesma e sobre o seu cenário de trabalho, você pedirá a ele que, em contrapartida, diga a você algo mais sobre ele e a pesquisa que o trouxe ao Brasil e à porta de sua casa.

Afinal, quem é “ele” de fato? De onde veio e em nome do que e de quem? Qual é a sua proposta de pesquisa e a que projeto ela porventura está vinculada, lá em seu país e, quem sabe? Aqui no Brasil, através de alguma parceria, de algum convênio? Quais os motivos pessoais e, se possível, as razões institucionais de sua pesquisa? Quais as razões da escolha de seu tema, do local e dos sujeitos da pesquisa? Porque o Brasil, porque professora e professores e porque “identidade e auto-estima”? Quais os seus fundamentos e qual (e porque) e a metodologia de trabalho escolhida? Quais os critérios da escolha do universo e da amostra escolhida? Quais os critérios de participação, de liberdade e autonomia das pessoas envolvidas aqui no Brasil? Quais os usos e proveitos dos resultados da pesquisa “lá e aqui e qual o acesso a eles e a seus desdobramentos que as pessoas investigadas terão? Que benefícios diretos e indiretos para as pessoas envolvidas na pesquisa estão previstos e que importância eles têm no todo da pesquisa?

No diálogo vivido entre você e o pesquisador três direitos de “quem é pesquisado” estariam na teia da conversa. Não seria preciso falar deles claramente nem toma-los como condição de sua participação. Eles são de algum modo recentes e não existe ainda um consenso a respeito. Vejamos.

O primeiro tem a ver com a qualidade das relações entre você e ele: entre quem é investigado e quem investiga. O segundo tem a ver com as relações entre quem é investigado e os conhecimentos e as razões de origem da pesquisa. O terceiro tem a ver com as relações de saber e poder quanto ao processo da pesquisa, entre quem investiga, quem é investigado e quanto aos produtos e proveitos diretos e indiretos do trabalho realizado.

Ele envolve, também, a teia de seus direitos de dizer a sua palavra a quem dirige a você as suas perguntas. Esta é uma das diferenças mais fortes entre uma pesquisa formal, instrumental e quantitativa e uma pesquisa interativa, dialógica e qualitativa. Aqui a diferença mais importante não está na oposição “quantidade mensurável de dados e de informações” *versus* “qualidade interpretável de versões e opiniões. Ela está, antes, na oposição entre falar respondendo dentro dos padrões de uma lógica prévia e pronta *versus* dizer com as suas palavras as suas próprias idéias a respeito do que foi perguntado. A pesquisa que por ser *qualitativa* deve ser também dialógica e interativa, é possível porque ao mesmo tempo em que você descobre que pode confiar em você mesmo como uma pessoa que vê e observa e que pergunta e ouve, e como “instrumento” confiável de fala e de escuta, você aprende que pode

também confiar naquele que com quem interage enquanto pesquisa, e que estabelece com você um campo de sentido entre as suas perguntas e as respostas dele.

O segundo tem a ver com algo que os atuais *comitês de ética na pesquisa* têm tornado moeda corrente entre nós. Se eu vou falar de mim, sobre mim mesmo e meu mundo, então devo saber antes a respeito que versa o saber do que querem saber sobre mim e a respeito dos motivos e usos dos produtos de meu trabalho de responder e de “dar-me a conhecer”, de um modo e de outro. Porque mesmo que a pesquisa saia sem o meu nome, a não ser em alguns agradecimentos de passagem, reconheço que não sou apenas um bom “objeto de pesquisa”, como aquele que responde ao que se pergunta, atua diante de para ser observado, e depois se retira e é apagado como uma pessoa na quantidade anônima dos “casos investigados”. Reconheço que sou, antes, um sujeito interativo e emissário e senhor de meus gestos e de minhas palavras: meios de transporte das minhas idéias, dos meus saberes, dos meus sentidos e das minhas sensibilidades.

O terceiro se refere a que tem que direitos sobre que produtos da pesquisa. Até muito pouco tempo atrás a resposta era uma só é era óbvia: “ora, quem fez a pesquisa e gerou os seus resultados”. Se havia - como ainda há - alguma dúvida, ela é sobre a divisão de direitos entre parceiros de pesquisa, ou entre a instituição e as pessoas. Mas hoje em dia começamos a nos fazermos duas perguntas. Por enquanto elas parecem ser inapropriadas, segundo alguns, pois poderiam comprometer seriamente o próprio sentido do trabalho científico. Ela parecem ser apropriadas e inquietantes, segundo outros, porque tocam questões humanas, éticas, pedagógicas e políticas inadiáveis, ainda que sem respostas convincentes, por enquanto. Elas parecem ser essenciais na opinião de outros investigadores, e uma parte importante dos dilemas e das urgências de mudanças na prática científica provém também das repostas que elas nos estão exigindo.

Uma pergunta é sobre a autoria do trabalho do criar a pesquisa no correr do processo de construção de seus saberes: quem cria o que a pesquisa é, quando pronta e escrita? Afinal, se eu faço breves perguntas em uma entrevista e você me responde com longas e bem pensadas respostas, de quem é a entrevista, no final das contas: sua? Minha? Ou nossa? Até aqui temos respondido a esta questão mais ou menos assim: “é nossa, sem dúvida, mas como sou eu, o pesquisador, aquele que a tomará em sua “matéria prima” para transformar em um corpus de sentido científico, então depois de “feita entre nós dois” e depois de “trabalhada por mim”, ela passa a ser minha e tenho o direito de fazer dela e com ela o que me parecer adequado”.

Afinal, de quem é um quadro: da modelo que posa, do pintor que pinta a pose, ou dos dois?

Qualquer que seja a resposta para o dilema do quadro, ele poderia bem poderia ser aqui uma boa metáfora para pensarmos juntos alguns fundamentos às vezes esquecidos ou passados por alto quando se pensa e planeja uma pesquisa ou mesmo uma *pesquisa participante*.

No prefácio ao livro *escravos brasileiros*, um álbum de fotografias de pessoas do século VIII, Manoela Carneiro da Cunha estabelece uma diferença entre duas posturas que às vezes uma fotografia quase torna uma só. Mas elas são diferentes e até mesmo opostas, em alguns casos. Pois uma é o “dar-se a ver”; “dar-se a fotografar”. Como quando você se dá a uma foto pedida ou mesmo paga. E outra coisa é o “ser fotografado”, quando você se torna sem saber ou sem poder evitar, de uma foto “tirada” de você. O caso extremo aqui é quando você é obrigado a ser fotografado, porque alguma outra pessoa reconhece que possui, ou possui de fato, direitos próprios sobre a sua (de você) imagem.

Convivemos com estas diferenças no dia a dia de nossas vidas e somente em alguns momentos paramos para pensar o que elas significam. Agora mesmo uma modelo italiana está contestando uma revista brasileira que estaria utilizando indevidamente a sua imagem. Mas arrumadeira de seu quarto de hotel guardaria para o resto da vida uma foto inesperada em que por acaso, e sem sequer passar por sua cabeça os mesmos direitos semióticos, financeiros e jurídicos, ela viesse a “sair” ao lado da modelo. E assim acontece conosco. Pois se você tirar uma boa fotografia de uma “top model” e a publicar em um livro ou em uma revista, é bem provável que venha a ser processado, caso o sua “apropriação indevida de imagem” seja pilhada e transformada em uma questão jurídica. Mas quem de nós procurou cada uma das pessoas cujos rostos e corpos farão parte do “caderno de imagens” de uma dissertação de mestrado ou de um livro para solicitar entre as pessoas fotografadas e publicadas, de uma a uma, alguma autorização para tal?

Mais de uma vez quando eu fotografava mulheres e homens de rituais populares era abordado por alguns deles com três perguntas: se eu era fotógrafo profissional ou de alguma revista; se eu poderia tirar uma cópia de alguma foto posada e dar para eles; quanto é que eu cobraria deles para colocar as suas fotos em meu trabalho. Quase sempre as pessoas se sentiam honradas e algumas vinham mesmo agradecer “a sua deferência”. E também nós não fazemos pose, quando em algum congresso

alguém se aproxima de máquina em ‘punho, mesmo sem saber quem é este alguém-fotógrafo e para o que ou quem ele nos captura em uma imagem¹?

Não é raro que tratamos personagens de nossas pesquisas de uma maneira semelhante. Se a fala de uma entrevista é de um alguém “importante”, pode ser que tenhamos a iniciativa de enviar passagens de seu desempenho acompanhadas de nossas interpretações, solicitando permissão para que elas constem do corpo do trabalho final. Mas se as falas de entrevistas são de “mães de alunos de escolas de periferia em Juiz de Fora”, provavelmente um mesmo cuidado parecerá exagerado e inadequado. E é bem provável que algumas pessoas apareçam nominadas e, outras, anônimas

Apenas em casos extremos e muito raros as pessoas situadas “do lado de lá” de uma pesquisa serão consideradas co-autoras dela. O fato de que em um número crescente de projetos elas tenham passado de “objetos” a “sujeitos da pesquisa” pode bem ser um anúncio antecipado de novos tempos a este respeito. Apenas em caso também limitados existe uma preocupação antecipada ou surgida no processo dos trabalhos de campo, com o dar ao resultado final ou a uma parte deles uma vocação de retorno às pessoas, grupos ou comunidades de origem.

A outra pergunta tem a ver com os direitos dos usos do saber da pesquisa. Ontem em um vídeo sobre reservas extrativista no Acre alguns militantes de Ongs ambientalistas e alguns representantes da população falavam contra a presença de investigadores estrangeiros que pesquisam a biodiversidade da Floresta Amazônica com finalidades diferentes do puro e simples trabalho científico. Um deles dizia, e não sem razões: “ qualquer dia estaremos pagando a empresas multinacionais o direito de uso dos bens da natureza que serem foram dela, dos povos indígenas e nossos, mas que de um dia para o outro passaram a ser propriedade da empresa que garante os haver descoberto, processado e patenteado”.

Do que falam os habitantes da floresta? Eis que eles contestam, ao mesmo tempo, um bem natural passível de tornar-se um produto empresarial, um saber popular sobre os seus usos medicinais ou de outra natureza; um processo de sua transformação que, uma vez realizado em um laboratório, torna um recurso da natureza e um conhecimento coletivo em um bem de negócio.

¹ Mas eis que em alguns congressos, fóruns ou encontros assinamos agora documentos autorizando os “organizadores do evento” a editarem vídeos com as nossas falas e imagens, sem direitos a qualquer tipo de retorno financeiro. E até onde lembro de mim e de outros companheiros de mesa ou de congresso, nunca nos passou pela cabeça contestar isto.

Éramos um pequeno grupo dividido entre um professor e algumas alunas e alunos das séries finais do Curso de Formação de Psicólogos da PUC do Rio de Janeiro. Nós nos reuníamos, duas vezes por semana durante alguns meses, para vivermos juntos um programa de formação em Dinâmica de Grupos. Na verdade, um programa de treinamento de futuros coordenadores de Grupos de Sensibilidade. Era uma nova modalidade de trabalho pessoal e coletivo sobre sensações, sensibilidades e conhecimento de si-mesmo e dos outros. Fechados por duas horas a cada vez em uma sala com as cadeiras em círculo, vivíamos ali o quase oposto de todas as outras aulas e trabalhos de estágio. Nada se lia e nada se comentava de “outras idéias”, pois todo o tempo era dedicado a entre-vivermos interações bem pessoais, carregadas de sentimentos e palavras trocadas a respeito deles. Isto é, de nós-mesmos através deles. Uma regra única nos dirigia: viver um absoluto “aqui-e-agora”: senti-lo, comparti-lo, pensa-lo e falar a si e aos outros dentro dele, através dele e sobre ele. Tudo o que fosse um “lá-e-então” – como algo raro e curioso que porventura me aconteceu a caminho da sala - deveria ser deixado do lado de fora dela.

Logo no começo dos trabalhos, na primeira tarde de nossos encontros, o professor coordenador do “grupo de sensibilidade” traçou no quadro negro uma longa linha reta horizontal e a cortou pelo meio com uma outra, vertical. Acho que foi a única vez em meses em que o quadro-negro da sala foi usado. Em seguida ele escreveu a palavra “EU” em cada um dos quatro quadrantes. Depois foi escrevendo ao lado de cada “EU” um adjetivo. Escreveu “claro”, de “EU claro” no quadrante superior direito, e nos disse que se nós nos observássemos bem, perceberíamos que há uma dimensão em nós que nos é “clara”, transparente e conhecida. Ela é a esfera de mim-mesmo que eu melhor reconheço como “minha”: como quem e como eu sou. A face de mim que me é melhor representada na consciência e que desenha em mim a parte de mim mesmo mais próxima do que eu mesmo imagino ser a minha identidade. Ora, este “EU claro” é claro, também, porque transparece para os outros com quem eu convivo. Ele é a face de mim conhecida e partilhada de diferentes maneiras pelos “meus outros”.

No quadrante inferior-direito foi escrito “segredo” ao lado do “EU”. E o “EU segredo” deveria ser a esfera de mim-mesmo que me é conhecida, tanto quanto o “EU claro”. Mas de um modo diferente, pois sendo minha conhecida ela não dada por mim ao conhecimento dos outros. Ali, como em um diário secreto, estão guardados os meus mistérios pessoais, os meus segredos. Ali habita o que sendo conhecido por mim e sendo consciente para mim, é oculto das outras pessoas e, portanto,

desconhecido delas e entre elas. Quem de nós não tem este “lado” secreto e reservado a um único conhecedor: “eu mesmo”? Quem é tão um livro aberto que não preserva entre as outras muitas páginas algumas páginas e parágrafos com palavras formando frases e sentidos em uma língua que somente a pessoa que escreveu pode ler e decifrar?

Mais estranho é o “EU” do quadrante esquerdo-inferior. Ao lado dele o professor escreveu “público”. E ele lembrou em seguida que a melhor metáfora do “EU público” é a nossa nuca ou a parte posterior de nossas costas. Pois ali estão porções de nossos corpos que são nossas, mas que nós não vemos, a não ser com a ajuda de um espelho. Qualquer outra pessoa pode nos ver “ali” com facilidade. Nós não. Assim também podemos acreditar que há esferas ou partes interiores de nós mesmos, de “nosso eu” que são conhecidas de uma maneira ou de outra por pessoas com quem convivemos. São conhecidas delas mais e melhor do que por nós mesmos. Ou são conhecidas delas e desconhecidas por nós. O susto que levamos quando no meio de uma conversa confidente alguém diz: “pois sabe que você é assim?” E antes de reagirmos defendendo do outro a nossa própria intimidade, paramos por um instante e descobrimos com espanto que “talvez seja mesmo verdade e eu nunca soube”. O reverso do “EU secreto” é o “EU público” tão real e cotidiano e, ao mesmo tempo, tão espantoso o simples fato de que ele exista e convivamos com ele. E mais estranho ainda o saber que há faces de nós mesmos que só vemos no espelho do rosto dos outros. E que só compreendemos quando este outro rosto nos fala.

E há um último quadrante e um último “EU”. A palavra “oculto” escrita ao seu lado sugere que o “EU oculto” é aquela nossa face interior desconhecida de nós mesmos e de todas as outras pessoas de nossos círculos de vida. Ela existe e pode ser mesmo uma dimensão profundamente criadora do “quem somos”. Presente e real ela nos é, no entanto, desconhecida. Ela não se nos representa na consciência e não pode ser dita através de palavras, embora a todo o momento possa emergir em nós e aos outros, através de nós, ora quase como somos, ora quase invisível, ora revestida das fantasias com que teimamos em não reconhecer em nós um nosso rosto. Nem nós e nem os outros.

Poucos anos depois de haver recebido a minha formação em Treinamento de Sensibilidade abandonei a Psicologia - mas nunca a sensibilidade – e fui ser professor. Anos mais tarde, dividido entre a prática da cultura popular em projetos de

educação popular e o começo de minha vida de antropólogo, tornei-me isto que entre nós, os antropólogos, costumamos chamar de pesquisador de campo².

Foram outros os caminhos e viraram quase outras as perguntas. Mas aos poucos aprendi que por debaixo das fronteiras artificiais e utilitárias com que estabelecemos de maneira supérflua e arbitrária os domínios de competência entre os nossos saberes, os mistérios e as perguntas sobre a Vida, a Pessoa, a Cultura e a Sociedade acabam sendo muito próximas. E, sendo assim, a favor delas ou contra as nossas vontades, elas acabam se cruzando-se e entretecendo-se de muitas e inesperadas maneiras.

Assim, aconteceu que este aprendizado das dimensões dos mistérios do “eu” para usos em experiências de interações humanas com finalidades de terapia, me acompanhou pela vida afora. De vez em quando gosto de lembrar uma breve bela e enigmática frase de Gaston Bachelard: *estou só, logo somos quatro*.

Na atividade da pesquisa os quadrantes de nosso grupo de estudantes de psicologia as diferentes alternativas de conhecimento entre eu-e-os-outros retornavam aqui e ali das mesmas ou de outras questões. Uma boa síntese delas poderia ser: *quem conhece com quem o que, sobre quem?* Em uma versão mais epistemológica a mesma síntese poderia ser formulada assim: *de que maneira, com quem, em nome do que e com que fundamentos e critérios de validade e de confiabilidade quem conhece o que sobre quem?* Mas em sua vocação mais ética, ou mesmo mais política, a síntese de nossas dúvidas poderia ser pensada assim: *em nome do quê e para que fins e utilidades quem tem o direito de saber o que, sobre quem?*

Muitos anos mais tarde eu reencontrei, no começo de um artigo sobre métodos de *pesquisa participante* no campo da saúde, quase o mesmo quadrante de alternativas do conhecimento e do desconhecimento de si-mesmo, tal como foi escrito e ensinado pelo professor dos anos 60, mas agora com outros nomes e sentidos. Pois no texto em que o li ele é aplicado não mais à terapia e à dinâmica de grupos, mas ao trabalho da investigação científica aplicada à ação social. Elizabeth E. Tolley e Margareth E. Bentley procuram estabelecer diferenças entre a *pesquisa participante* em suas diversas alternativas, e modalidades mais tradicionais de

² O que porventura importe nestas pequenas confidências foi narrado entre as primeiras páginas do volume I de **Saber com o Outro**, desta série de livros sobre a partilha do saber através da experiência da pesquisa. O livro é **A pergunta a várias mãos – a experiência da pesquisa no trabalho do educador**, publicado por esta mesma Editora Cortez em 2003.

investigação social, através de um quadro de situações eu-eles, na construção do conhecimento. O quadro de quatro quadrantes é representado desta maneira³:

<i>Nós sabemos (ou conhecemos)</i>	<i>Nós não sabemos</i>
<i>Eles sabem</i>	<i>Eles sabem</i>
<i>Nós sabemos</i>	<i>Nós não sabemos</i>
<i>Eles não sabem</i>	<i>Eles não sabem</i>

Não seria difícil colocar o nosso “EU claro” ao lado das palavras do quadrante I (nós sabemos + eles sabem); o “Eu público” junto às do quadrante II; o “Eu secreto” ao lado das do quadrante III e, finalmente, o “Eu oculto” a par com as do quadrante IV. Num jogo de papéis ao redor da posse de um conhecimento sobre a vida social, o quadrante III caracterizaria a postura do pesquisador tradicional, “vindo de fora”. Frente a ele as pessoas investigadas em sua comunidade seriam colocadas na posição do quadrante II.

As diferentes experiências de pesquisas das alternativas não-participantes partem do suposto de que em suas formas mais essenciais o conhecimento social é socialmente diferenciado e distribuído. Ele próprio estabelece âmbitos, domínios de relações e dimensões de poder diferentes e desiguais entre categorias de pessoas e de grupos sociais quanto à competência e à legitimidade do produzirem conhecimentos sobre si-mesmos e sobre os outros. Ela reserva a setores e agências restrita de especialistas os saberes reconhecidos como confiáveis, pelo menos como uma dentre as várias expressões de alguma ciência legítima. Assim, entre os que conhecem e os que são conhecidos, podem ocorrer aproximações intencionais e desejadas, mas nunca uma estrutura perene de interações tornadas iguais e igualitárias. Apenas uma outra sociedade e uma outra cultura tornariam possível uma distribuição social do saber diversa das que compartilhamos hoje em dia, por toda a parte. E não cabe à ciência construir tal mundo.

³ Ver: *Training issues for the use of participatory research methods in health*, no livro: **Participatory Research in health - issues and experiences**, coordenado por Korrie de Koning e Marion Martin e publicado na África do Sul e em Londres pela editora Zed Books, em 1996. Os “quatro quadrantes do conhecimento” estão na página 51.

Em uma outra direção a *pesquisa participante* parte da idéia de que é possível construir processos interativos de pequena escala, ou mesmo progressivas estruturas sociais mais abrangentes, que consolidem formas de saberes típicas do quadrante I, submetendo as desigualdades dos quadrantes II e III aos seus termos, quebrando as linhas de demarcação entre eles. Uma tal postura seria o caminho para uma também redução da área do quadrante IV. Pois uma progressiva relação de conciliação e parceria deveria vir a ocupar o lugar de uma relação fundada no suposto de uma hierarquia insuperável na pesquisa social.

Sabemos que tudo isto é bastante mais complexo do que um quadro de quatro quadrantes sugere, e as páginas a seguir tratarão revisitar este tabuleiro. Comentando algo próximo, mas em uma outra esfera de pensamento dirigida a outros propósitos, em uma passagem de ***Um discurso sobre a ciência*** Boaventura de Souza Santos lembra algo bastante sabido entre investigadores sociais das áreas de fronteira entre a Sociologia e a Antropologia Social. Por longa que seja a passagem quero transcreve-la aqui, pois as suas questões e dilemas nos irão acompanhar de perto daqui em diante.

A ciência moderna consagrou o homem enquanto sujeito epistêmico mas expulsou-o, tal como a Deus, enquanto sujeito empírico. Um conhecimento objectivo, factual e rigoroso não tolerava a interferência dos valores humanos ou religiosos. Foi nessa base que se construiu a distinção dicotômica sujeito-objecto. No entanto, a distinção sujeito/objecto nunca foi tão pacífica nas ciências sociais quando nas ciências naturais e a isso mesmo se atribuiu, como disse, o maior atraso das primeiras em relação às segundas. Afinal, os objectos de estudo eram homens e mulheres como aqueles que os estudavam. A distinção epistemológica entre sujeito e objecto teve de se articular metodologicamente com a distância empírica entre sujeito e objecto. Isto mesmo se torna evidente se compararmos as estratégias metodológicas na antropologia cultural e social por um lado, e da sociologia por outro. Na antropologia, a distância empírica entre o sujeito e o objecto era enorme. O sujeito era o antropólogo, o europeu civilizado, o objecto era o povo primitivo ou selvagem. Neste caso, a distinção sujeito/objecto aceitou ou mesmo exigiu que a distância fosse relativamente encurtada através do uso de metodologias que obrigavam a uma maior intimidade com o objecto, ou seja, o trabalho de campo etnográfico, a observação participante. Na sociologia, ao contrário, era pequena ou mesmo nula a distância empírica entre sujeito e objecto: eram cientistas europeus a estudar os seus concidadãos. Neste caso, a

*distinção epistemológica obrigou a que esta distância fosse aumentada através do uso de metodologias de distanciamento: por exemplo, o inquérito sociológico, a análise documental e a entrevista estruturada*⁴.

Se ousarmos os quadrantes acima com a dualidade da citação, poderemos reconhecer que estamos diante de dois dilemas bastante comuns para quem de um modo ou de outro acredita que investiga algo durante um certo tempo de algum lugar para saber, compreender e dizer alguma coisa a respeito de si-mesmo e/ou de outros. Falo apenas de um deles aqui. E ele é este: em que termos e sob que princípios devo estabelecer interações com sujeitos individuais ou coletivos para obter conhecimento científico através deles?

Esta é uma pergunta cujos extremos de opções de respostas vão de modelos de pesquisas altamente controlados e, em geral, dominado por uma escolha objetiva e neutra (se é que isto é possível) até modelos regidos por características típicas da observação participante.

⁴ Boaventura de Souza Santos, *Um discurso sobre as ciências, 2002* (13ª edição) Edições Afrontamento, Porto. Páginas 50 e 51.